

Formação de blocos é a tática para ter maioria no Congresso

por João Alexandre Lombardo de Brasília

A reformulação partidária e a formação de blocos parlamentares deverão ser dois dos assuntos em pauta logo que os novos deputados e senadores tomarem posse, em 1º de fevereiro próximo. Por um lado, o governo procurará aglutinar em torno de si, seja através de um novo partido ou bloco, forças suficientes para garantir a maioria no Congresso. Essa mesma atitude vem sendo defendida por parlamentares de oposição.

O senador Jarbas Passarinho, que integra o PDS, um partido que se esfacelou durante a articulação da candidatura presidencial do ex-governador Tancredo Neves, acredita que a partir do próximo ano deverão ser formados no Congresso blocos parlamentares favoráveis e contrários ao governo. Informalmente, esses blocos funcionaram neste ano, quando partidos como o PFL, PDS, PTB, PDC e PRN garantiram em várias votações a aprovação de matérias edi-

tadas pelo governo Collor. Por outro lado, PMDB, PSDB e as esquerdas uniram-se em determinados momentos para se opor às medidas.

O regime interno da câmara permite a dois ou mais partidos constituir um bloco parlamentar sob liderança comum. Com isso, a União passa a ser tratada de forma semelhante a um partido, podendo inclusive ser majoritária na Casa. O deputado Inocêncio Oliveira, por exemplo, disse que se o PMDB mantiver sua maioria na Câmara, como se prevê, o PFL poderá unir-se a outro partido e formar um bloco que destitua o PMDB do posto de maior agremiação. Somente dessa forma, Inocêncio poderá concretizar seu sonho de disputar a presidência da Câmara, posto que cabe ao maior partido na Casa.

O atual líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR) — que não voltará à Câmara no próximo ano —, pretende, em seu discurso de despedida, propor a formação de um bloco social-

democrata de oposição ao governo Collor. Dependendo da direção das conversas, esse bloco poderá unir novamente os "tucanos" ao PMDB, partido de onde muitos voaram. O PDT e o PT também podem engrossar o caldo. No bojo da discussão da formação desse bloco, poderá ressurgir uma velha conversa: a fusão do PSDB com o PDT, proposta alimentada há alguns meses por representantes dos dois partidos e rejeitada por outros.

O senador Mauricio Corrêa, candidato derrotado do PDT ao governo do Distrito Federal, não acredita na formação de um bloco parlamentar composto por partidos de oposição. Isso, por causa do problema da liderança única do bloco. Senador com mais quatro anos de mandato, ele acredita que o governo estimulará a formação de um bloco de sustentação ou até mesmo de um partido político, proposta defendida pelo ministro Bernardo Cabral, entre outros. No caso de o Palácio do Planalto optar por estimular a forma-

ção de um partido de tendência "social-democrata", os "tucanos" poderão voltar a ser alvo de investigações de lideranças governistas.

Dentro da perspectiva da reformulação partidária, o deputado Augusto Carvalho, reeleito para um mandato de mais quatro anos segundo as projeções, disse que seu partido, o PCB, terá que enfrentar uma discussão sobre a possibilidade de vir a fundir-se, por exemplo, com um partido como o PSB ou a esquerda do PSDB. "Não podemos continuar sendo um partido residual. Temos que enfrentar essa discussão", disse Carvalho. Na atual legislatura, o PCB conta com três deputados (Roberto Freire, Fernando Sant'Anna e o próprio Augusto). Se não eleger cinco para o próximo período parlamentar, o partido não terá direito à liderança na Câmara, por determinação do regimento da Casa, conforme lembrou Augusto. Sem liderança, um partido pode passar despercebido no Congresso.